

MPDFT DEFINE AÇÕES DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO



Procurador-Geral de Justiça do MPE/MG e Coordenador do Grupo Nacional, Nedens Ulisses Freire Vieira; Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro; Procurador-Geral de Justiça do DF, Eduardo Albuquerque; Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Alberto Cardoso

O MPDFT foi sede, nos dias 11 e 12 de março, do encontro do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, que reuniu autoridades de todos os Estados com o objetivo de definir formas de atuação e linhas concretas de combate ao crime organizado.

O Grupo, composto por Procuradores-Gerais, Procuradores e Promotores de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais e do DF, contou com a presença e o apoio de Procuradores da República e de autoridades ligadas a órgãos de Segurança no âmbito nacional e local, como Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícias Militar e Civil, além de representantes de Embaixadas de diversos países.

O Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado

recebe o nome de Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego, membro do Ministério Público de Minas Gerais, assassinado em Belo Horizonte quando atuava em investigações sobre a ação do chamado "cartel dos combustíveis".

O Procurador-Geral de Justiça do MPE/MG, Nedens Ulisses Freire Vieira, coordenador do Grupo Nacional, enfatizou a importância de ações compartilhadas prontas e eficazes no enfrentamento da questão, uma vez que a manifesta audácia e o aprimoramento das organizações criminosas reclamam reação firme e direcionada no combate à criminalidade.

A Procuradora de Justiça Arinda Fernandes, que, em nome do MPDFT, organizou o encontro, destacou os efetivos resultados dos trabalhos desenvolvidos, que irão realmente determinar ações integradas contra o crime organizado.



Durante o encontro, Promotores e Procuradores representaram os Ministérios Públicos de todo o País

MPDFT CRIA NOVAS PROMOTORIAS

Com a criação de 24 novas Promotorias de Justiça, o MPDFT amplia a atuação junto à sociedade, além de acompanhar a expansão da Justiça do DF que, instituiu, recentemente, novas Varas. Com isso, abre vagas para os Promotores de Justiça titulares, que se encontravam em situação de lotações provisórias.

Com o objetivo de intensificar a atuação do MPDFT, estão em funcionamento, desde o dia 1º de março, 24 novas Promotorias, distribuídas nas seguintes circunscrições do Ministério Público: **Planaltina:** 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal, 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri e a 3ª Promotoria de Justiça Cível, de Família, Órfãos e Sucessões. **Samambaia:** 3ª e 4ª Promotorias de Justiça Criminal e a 3ª Promotoria de Justiça Cível, de Família, Órfãos e Sucessões. **Santa Maria:** 1ª e 2ª Promotorias de Justiça Criminais, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito; 1ª Promotoria de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões; e a 1ª Promotoria de Justiça Especial Criminal. **Brasília:** 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Promotorias de Justiça de Entorpecentes; 3ª Promotoria de Justiça

de Defesa da Ordem Tributária, 3ª Promotoria de Justiça Militar, 4ª Promotoria de Justiça de Registros Públicos e Precatórios, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, 5ª e 6ª Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público Social, 3ª e 4ª Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística e 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade.

Também foram criados o Juizado Especial de Competência Geral do Guará, que está sob a responsabilidade da 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal de Brasília; e o Juizado Especial de Competência Geral do Núcleo Bandeirante, que está sob a competência da 4ª Promotoria de Justiça Especial Criminal de Brasília.

DESTAQUE

SENADOR DA REPÚBLICA VISITA O MPDFT



O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, recebe no MPDFT o senador Ronaldo Cunha Lima

O Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, recebeu a visita do senador Ronaldo Cunha Lima, que, na oportunidade, elogiou a atuação do MPDFT junto às questões sociais que afetam o Distrito Federal. Ao analisar a atuação do Procurador-Geral na mediação das negociações entre sindicatos de servidores e o governo lo-

cal, o Senador afirmou: “Fico feliz em ver um Procurador-Geral de Justiça tão empenhado com as questões sociais, um compromisso declarado com o cidadão e suas reivindicações. Eduardo tem a consciência da relevância do espírito público do MP, o que muito honra a cidadania”.

A admiração e o respeito com que o Senador fala sobre o trabalho do Ministério Público são antigos e baseados em sua própria biografia. O senador Ronaldo Cunha Lima foi Promotor no Estado da Paraíba e teve atuação marcante durante a Reforma Constitucional. Devido à sua constante luta pelo fortalecimento e a manutenção da autonomia de nossa Instituição, é reconhecido no Congresso Nacional como “O Fiscal do MP”, que comprova sua atuação quando relator da “Lei da Mordaza”. Ao falar sobre o tema, o senador é enfático: “acabei logo com isso”, declarou.

HOMENAGEM

MEMBROS DO MPDFT RECEBEM MEDALHA DO TJDFT

Em cerimônia realizada em 12 de março, na Sala Villa Lobos do Teatro Nacional, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios prestou homenagem a Membros do MPDFT, mediante entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios.

A referida comenda foi instituída pelo TJDFT, em setembro de 1999, em reconhecimento a personalidades que hajam prestado bons serviços no desempenho de suas atribuições, na área da Justiça. São homenageados pela Ordem Magistrados: Juristas, integrantes do Ministério Público Federal, Estadual e do Distrito Federal e Territórios; da Advocacia-Geral da União; cidadãos, brasileiros e estrangeiros, que tenham prestado reconhecidos serviços à Justiça do Distrito Federal e Territórios ou lhe demonstrado grande apreço; e pessoas de conduta e reputação ilibadas que se destacaram na contribuição em favor da cultura jurídica e na realização da Justiça no âmbito do Distrito Federal e Territórios. Poderão, também, ser agraciados com a insígnia da Ordem estabelecimentos de Ensino e instituições jurídicas civis e militares.



Da esquerda para direita: Promotor de Justiça Antônio Marcos Dezan; Procuradora-Geral de Justiça do MPM, Adriana Lorandi; Vice-Procuradora-Geral de Justiça do MPDFT, Nídia Corrêa Lima; Assessora do TJDFT Walquíria Martins de Lima; Promotores de Justiça Fabiano Coelho Vieira e Eunice Pereira Amorim; Procuradores de Justiça Renato Sócrates Gomes Pinto e Lélia Maria Duarte de Cerqueira e Promotora de Justiça Cândida Marcolina de Farias

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma publicação mensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício-Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Vice-Procuradora-Geral de Justiça: Nídia Corrêa Lima
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Trajano Sousa de Melo
Diretor-Geral: José Eduardo Sabo Paes

Redação, Diagramação e Fotografia:
 Assessoria de Comunicação Social e Assessoria Parlamentar
Revisão: Filemon Félix
Tiragem: 2.500 exemplares
Impressão: Primícia Gráfica e Editora Ltda

MPDFT COORDENA LANÇAMENTO DO COMITÊ CONTRA TORTURA NO DF

Foi criado no âmbito no Distrito Federal o Comitê Contra a Tortura, cuja coordenação provisória ficou a cargo da Promotora de Justiça Selma Sauerbronn. A organização do comitê teve início em dezembro de 2001 e o lançamento da Campanha Permanente Contra a Tortura ocorreu no dia 19 de fevereiro deste ano, no auditório do MPDFT, com a presença de diversas autoridades e representantes da sociedade civil.

As atividades do comitê estão direcionadas à identificação, prevenção, enfrentamento e propostas de punição nos casos de tortura, assim como em todas as formas de tratamento cruel, desumano e degradante. O

comitê ainda tem a função de propor medidas e buscar resultados junto aos órgãos do Governo.

Para a Promotora de Justiça Selma Sauerbronn, esse trabalho representa uma oportunidade para esclarecer a comunidade sobre as funções do MP. "Nós constatamos que não só a comunidade, mas diversos órgãos envolvidos com a questão dos direitos humanos, ainda desconhecem a legislação e o trabalho da Justiça", explica a Promotora.

O Comitê reúne representantes da OAB, Secretaria de Segurança Pública do DF, Pastoral da Criança, Pastoral Carcerária, Conselhos Tutelares, Comissão de Direitos

Humanos da Faculdade Católica e outras. Selma Sauerbronn ressalta que o Comitê está aberto à participação de pessoas que tenham interesse em contribuir com o trabalho de entidades engajadas no movimento contra a tortura.

TORTURA É CRIME. DENUNCIE!

**SOS TORTURA
0800 707 5551**

Ligação gratuita e confidencial



O QUE DIZ A LEI:

TORTURA: usar violência ou graves ameaças, causando sofrimento físico ou mental, para obter informações, declaração ou confissão, provocar ação ou omissão criminosa ou por discriminação racial ou religiosa; submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com uso de violência ou graves ameaças, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida preventiva.

TIPOS DE CRIME

Tortura – reclusão de 2 a 8 anos

Omissão – detenção de 1 a 4 anos

Resultante em lesão corporal grave – reclusão de 4 a 10 anos

Resultante em morte – reclusão de 8 a 16 anos

Se o criminoso for agente público ou se a vítima for criança, adolescente, gestante ou deficiente – aumenta a pena em até um terço.

SOS TORTURA – 0800-707-5551



Da esquerda para a direita: Presidente do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Omar Klish; Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública, Túlio Roriz; Juiz da Vara da Infância e Juventude, José Carlos Souza e Ávila; Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Albuquerque; Coordenadora do Comitê Contra a Tortura no DF, Promotora de Justiça Selma Sauerbronn; Conselheiro do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, Humberto Espinola; Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/DF, André Barros, e Procurador-Geral da Câmara Legislativa, Geraldo Martins Ferreira

PAGAMENTO OBRIGATÓRIO ÀS VÍTIMAS DE TRÂNSITO

Com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito do pagamento do Seguro Obrigatório às vítimas de trânsito, o MPDFT promoveu reunião com os representantes da Federação Nacional das Empresas de Seguro Privado e de Capitalização — FENASEG, Mário Waichenberg e Ângela Amparo. Os Promotores de Justiça que atuam na Promotoria de Delitos de Trânsito, Márcia Cruz, Jânio Coelho e Juliana Poggiali, e o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, Antônio Ezequiel Neto, levaram ao conhecimento da FENASEG irregularidades cometidas pelas seguradoras. Segundo a Promotora de Justiça Márcia Cruz, aquela entidade prometeu investigar as denúncias. O debate foi intermediado pelos advogados da FENASEG, Aristides Junqueira e Luciana Alvarenga.



Da esquerda para a direita: Juiz da 2ª e 3ª Varas de Delitos de Trânsito, Ricardo Norio Daitoko; assessor da FENASEG, Mário Waichenberg; Promotora de Justiça Juliana Poggiali e a gerente de sinistros Ângela Amparo

ATO SOLENE DE PROMOÇÃO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA

Em cerimônia realizada no dia 1º de março, o MPDFT realizou ato solene da promoção a Procuradores de Justiça, dos Promotores José de Oliveira, Maria Aparecida Donati Barbosa e Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho. Foram também promovidos, a Promotores de Justiça, 59 Promotores Adjuntos. Representando os novos Procuradores, José de Oliveira proferiu discurso emocionado lembrando a trajetória dos colegas, desde a origem de cada um, até a ascensão ao cargo superior da carreira de Membro do Ministério Público. Falando em nome dos colegas promovidos, o Promotor de Justiça Pedro Oto destacou o significado do trabalho do Ministério Público, a importância da missão conferida ao Promotor de Justiça em favor da sociedade, bem como a atuação do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque. A nomeação dos Membros do MPDFT decorre da vigência da Lei nº 10.293, de 28/07/2001, que dispõe sobre a criação de 178 cargos, uma conquista alcançada como resultado do reconhecimento do Congresso Nacional e do Poder Executivo à justa necessidade do MPDFT em ampliar o seu quadro de Membros.



Autoridades presentes na solenidade (da esquerda para direita): Secretário de Transporte, Carim Nabut; Presidente do TJDFT, Desembargador Edmundo Minervino; Vice-Procuradora-Geral do MPDFT, Nidia Correa Lima; Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Eduardo Albuquerque; Corregedor Geral do MPDFT, Amarílio Tadeu; Presidente do TRE, Desembargador Asdrubal Cruxên; Presidente da Associação dos Membros do MPDFT, Leonardo Bandarra

"Prezados colegas e seletó público presente! Fui indicado, acredito, não pelas qualidades, mas apenas por ser eu um dos mais antigos do grupo.

Que Deus coloque Seus Anjos em nossa frente, para que não tropeçemos em nenhuma pedra, nem sejamos atingidos por setas envenenadas, como rezam os Salmos. E assim possamos pugnar sempre pela melhor Justiça a todos quanto dela necessitam. Que nesse mister não tombemos, atingidos por aqueles que temem a Justiça, assim como tombaram alguns colegas neste vasto País, tal qual nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco.

Com imenso prazer, apresento então nossos dois colegas de posse. Doutora Maria Aparecida Donati Barbosa e Doutor Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho.

Ela é filha de nossa querida cidade mineira, Andradas, onde também tive o privilégio de nascer. Ao pronunciar esse doce nome, Andradas, outrora denominada Caracol, meu coração vibra e sorri. Minha memória, como a

de um pombo correio, teima em voltar para suas origens, retrocedendo algumas dezenas de anos no tempo. Fecho os olhos e ali contemplo o Rio Jaguari divisando São Paulo e Minas Gerais: ao redor da cidade vislumbro o verde parreiral na planície e o cafezal florido subindo as serras.

Aceite Doutora Aparecida, só de memória, um ramallete multicolor de flores de parreira, do cafezal e outras diversas. Foram colhidas das plantações do Breta. Vão em separado, alguns versos de nossa cidade: **Minha Terra Natal - Pra cantar a minha terra, Minha lira eu afinei, Começando aos pés da serra, Na urbe, onde o berço embalei./ Situada ao sul de Minas. De São Paulo na divisa, Onde tem lindas meninas, E mais perfumosa brisa. / Essa cidade mineira, Batizada por Andradas, É dadivosa e alta-neira, E as noites enluaradas. / Lá foi meu berço natal, Me recordo com carinho, De seu verde parreiral, Que produz o melhor vinho. / Oh! minha Andradas querida! Apesar de eu estar ausente, Tua campina florida Na memória está presente.**

O Doutor Petrônio é de Jequié-BA. A ele ofereço frutos e flores de cacauzeiros de sua região. E a ele, grande estudioso que é, ofereço uma estrofe do poeta, seu conterrâneo, Castro Alves, o Livro: **O livro - esse audaz**

guerreiro, / Que conquista o mundo inteiro / Sem nunca ter Waterloo... / Eólo de pensamentos, / Que abra a gruta dos ventos / Donde a Igualdade voou!... / Oh! Bendito o que semeia / Livros... livros à mão cheia... / E Manda o povo pensar! / O livro caindo n'alma / É germe - que faz a palma / É chuva - que faz o mar

Vale rememorar nosso ingresso neste Órgão. Os dois ingressaram no MPDFT em 3 de fevereiro de 1987, e eu um pouco antes, no concurso anterior, tomando posse em 31 de março de 1985, há 15 e 17 anos, respectivamente. À época, outorgou-nos a posse o eminente Procurador-Geral, o querido Dr. José Dilermano Meireles, de tão saudosa memória.

A alegria daquela oportunidade, vem a repetir hoje, com mais ênfase, em dose redobrada, e, por coincidência, quem hoje preside o Ministério Público e preside nossa posse, é o colega de concurso, Dr. Eduardo Albuquerque, que muito tem se esforçado para engrandecer o nome desta Instituição."

Procurador de Justiça José de Oliveira, em saudação e apresentação dos colegas que, junto com ele, tomaram posse no cargo de Procurador de Justiça



"Vê-se, com grande esperança, o papel do Ministério Público, nessa tarefa unitária de reconstrução da dignidade do nosso País. Compete a nós, não apenas a função de fiscalizadores da lei, de titulares privativos das ações penais públicas, mas, sobretudo, a atuação na fiscalização dos atos do poder público, dos chamados direitos de terceira dimensão, de preservação do meio-ambiente, dos direitos do consumidor, o indelegável papel de sermos representantes da sociedade na contenção dos desvios e da falta de probidade de administradores que levam à dilapidação do nosso sofrido e já diminuto patrimônio público. O Promotor, mais do que nunca, é o advogado da sociedade contra os interesses egoístas e particularistas que a espreitam e retardam na difusão da justiça social. Para bem cumprirmos esse mister, jamais nos esqueçamos de contar com a orientação Divina, inclusive para pedirmos que o cargo não nos afaste dos amigos e não nos afaste das virtudes da humildade e da simplicidade.

Alguém já mencionou que o Procurador-Geral representa a cabeça do Ministério Público. Por isso, não basta ao Procurador-Geral ser pessoa digna e correta, de ilibada reputação. É necessário que ele chame a atenção sobre si, e que saiba ocupar espaço por ações nítidas e ousadas, conforme exige a responsabilidade funcional e política do seu cargo, inclusive para prestar contas de seu ofício. Do Procurador-Geral exige-se maior presença e visibilidade no exercício de suas tarefas, que é pública e, portanto, requer publicidade.

Por isso, manifestamos nossa homenagem pessoal ao chefe do nosso Ministério Público que soube sair do casulo burocrático para enfrentar as intempéries da vida pública, para ir à luta com máxima disposição. Trata-se de um Procurador-Geral político, que tanto faltava à Instituição. Político, no bom sentido, isto é, dotado da capacidade de ação e de negociação na defesa das atribuições e prerrogativas constitucionais do Ministério Público, bem como dedicado ao seu aperfeiçoamento material, moral e funcional. O Procurador-Geral tem de ter "garra", tem de ser dinâmico, articulado,



Promotor de Justiça Pedro Oto de Quadros, escolhido como orador da turma de Promotores de Justiça Adjuntos, por ocasião da promoção para o cargo de Promotores de Justiça

afeito à luta, fértil em iniciativas e em idéias novas, com ampla capacidade de diálogo com o governo, o Judiciário, o Legislativo, a sociedade, a Ordem dos Advogados do Brasil. Seu perfil deve inseri-lo na liderança desassombrada das novas frentes de ação social abertas pela Instituição, no campo da defesa do meio ambiente, da defesa do consumidor, das minorias discriminadas. O Procurador-Geral deve estar à altura do imperativo de contribuir decisivamente para o melhor relacionamento entre as classes sociais, as diversas categorias e os tantos grupos de que se constitui a coletividade. É indispensável que trabalhe entrosado com o Poder Executivo, sempre lembrando que sua autonomia é sagrada. «Ligado, mas independente do Poder Executivo», como já vislumbra o mestre de todos nós, Pontes de Miranda. Sua independência funcional é intangível, e não só em relação ao governo, como às pressões externas, venham de onde vierem, e até às pressões internas que não faltam em toda e qualquer organização pública ou privada.

Essas qualidades todas materializam-se na pessoa de Eduardo Albuquerque, para felicidade desta Casa. Por isso, somos gratos também porque, se quando ingressamos, não havia perspectivas para nossa promoção, graças ao empenho efetivo do Procurador-Geral e às suas qualidades iminentes, o quadro foi modificado e a promoção tomou-se possível. Podemos dizer que nosso Ministério Público está numa posição privilegiada, relativamente aos dos Estados. Temos praticamente tudo em meios materiais e o melhor em pessoal para realizar um excelente trabalho na defesa do interesse público. Isso, sem falar na posição constitucional do Ministério Público do Distrito Federal, de independência total do governador, que não possui qualquer influência na escolha do Procurador-Geral pelo Presidente da República. Isso não se tem nos Estados."

PROMOTORES DE JUSTIÇA ADJUNTOS PROMOVIDOS

Alexandre Sales de Paula e Souza
 Marcos Juarez Caldas de Oliveira
 Canito José Pinto Coelho
 Edmilson Marçal Passos
 Pedro Oto de Quadros
 Alvarina de Araújo Nery
 Adriana de Albuquerque Holanda
 Andrea Bernardes de Carvalho
 Margarida Sarto
 Fabiano Coelho Vieira
 Vyviany Viana Nascimento
 Rodrigo de Magalhães Rosa
 Newton Cezar Valcarenghi Teixeira
 Nino Franco
 Jânio Antônio Coelho
 Diógenes Antero Lourenço
 Aurea Lins Leal
 Maria Lúcia Morais Venegas Coto
 Adriana Sette Rocha de Menezes
 Zuleica de Almeida Elias
 João Menezes Sobrinho
 Valmir Soares Santos
 Raimundo Gomes Veras Filho
 Fernando Henrique Gonçalves Mendes
 Ana Luíza Lobo Leão Osório
 Vera Lúcia Abadia Gomes
 Kedyma Cristiane Almeida Silva
 Edimar Carmo da Silva
 Douglas William Magalhães
 Cláudia Valéria Pereira de Queiroz Teles
 Isaac Pereira Dutra Filho
 Milton de Carlos Júnior
 Railson Américo Barbosa de Oliveira
 Renato Barão Valada
 José Wilson Ferreira Lima
 Yara Maciel Camelo
 Fausto Rodrigues de Lima
 Marisa Isar dos Santos Machado
 Sebastião Aparecido da Cunha
 Andrea Cirineo Sacco
 Daniel Rodrigues de Faria
 Ana Paula Gonçalves Marimon
 Wagner de Castro Araújo
 André Luiz Casa Duran
 Márcio Costa de Almeida
 Nardel Lucas da Silva
 Irênio da Silva Moreira Filho
 Inácio Pereira Neves Filho
 Glauber José da Silva
 Bruno Osmar Vergini de Freitas
 Juliana Vieira Ávila Chagas
 Ana Maria Elizabeth B. F. Marrara
 Maria Cristina Viana
 Karel Ozon Monfort Couri Raad
 Fernanda da Cunha Moraes
 Bernardo de Urbano Resende
 Valéria Marques dos Santos Rocha
 Marcello Oliveira Medeiros
 Maria Dalva Borges
 Dênio Augusto de Oliveira Moura

Procurador de Justiça, José de Oliveira; Procuradora de Justiça, Maria Aparecida Donati Barbosa; Procurador de Justiça, Petrônio Calmon Alves Cardoso Filho



BIBLIOTECA E SITE DE JURISPRUDÊNCIA DO MPDFT GANHAM DESTAQUE NO DF



Servidores responsáveis pela biblioteca do MPDFT: Arabela Maria Ataíde Cordeiro, Cristiano Antônio de Souza, Gilson Carvalho da Silva, Eliane Helena Lombato Borges, Neide Cristina de Souza, Vanessa Lopes de Freitas; o chefe do DAA, Marco César Giraldes; e as estagiárias Suamy Nunes Cordeiro, Ana Paula Vilela de Pádua

A biblioteca do MPDFT consolidou-se no Distrito Federal como referência na área jurídica, devido ao vasto acervo atualizado e ao setor de jurisprudência. São 12.552 livros especializados, sendo 2.841 adquiridos nos últimos dois anos. Em 2003, o acervo será ampliado com a aquisição de livros importados, segundo sugestões dos próprios Membros. Na seção de jurisprudência, os servidores desenvolveram um *site* que está sendo considerado o mais completo na legislação do Distrito Federal.

O chefe do Departamento de Apoio Administrativo (DAA), Marco Giraldes, explica que a equipe da biblioteca mudou a rotina de trabalho e passou a oferecer novos produtos, como resultado de uma política de motivação do DAA. "Incentivamos os servidores a tomarem iniciativas e desenvolverem as próprias idéias. Os resultados já começam a aparecer".

LIVROS ATUAIS E BEM CONSERVADOS

A biblioteca empresta diariamente cerca de 60 livros para Membros e Servidores. Para o público externo, foi reservada uma sala

de leitura onde os livros do acervo podem ser consultados.

Um dos serviços prestados pelos servidores do setor é a pesquisa especializada. Em caso de consulta a uma obra que ainda não existe no conjunto da biblioteca, os servidores localizam o livro em outras instituições públicas e solicitam o empréstimo. Além dos livros, os usuários podem ter acesso a diversas revistas jurídicas, as quais, ainda este ano, terão suas ementas cadastradas na Intranet. Os interessados na íntegra de textos vão poder requisitar cópias pelo telefone 343.9888.

ASSISTÊNCIA ÀS PROMOTORIAS

As Promotorias de Justiça localizadas fora do Edifício-Sede, ou seja, a Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude e as localizadas nas Satélites, dispõem de acervo jurídico básico. Também são disponibilizadas obras específicas, de acordo com a área de atuação de cada Promotoria.

O Promotor-Chefe de Brazlândia, João Luiz da Costa, destaca o atendimento rápido da biblioteca, que, segundo ele, envia os livros e pesquisas solicitados em no máximo dois

dias. Ele também está satisfeito com as novas aquisições. "Somos atendidos em todas as nossas solicitações", garante.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

Em 2001, a equipe do setor de Legislação e Jurisprudência realizou cerca de 6 mil pesquisas solicitadas pelos Membros do MPDFT. Em geral, o resultado dos pedidos são encaminhados em até 48 horas, exceto para as pesquisas que dependem de órgãos diversos ou quando é necessário consultar a legislação de outros Estados. "Já fizemos pesquisa até no *site* da Suprema Corte Americana", explica o chefe do setor, Ernesto Guerra de Aragão.

Além do trabalho de rotina, a equipe também está desenvolvendo um *site* na área de legislação e jurisprudência. Criado pelos próprios servidores (após o curso de publicadores da *web* realizado pelo Departamento de Modernização Administrativa - DMA) o *site*, consultado e elogiado por órgãos de todo o Brasil, é considerado o mais completo em legislação do DF. Didático, traz instruções de pesquisa e reúne leis complementares, ordinárias e decretos do DF, além de *links* para jurisprudências da Presidência da República e Senado Federal. "Ainda este ano, pretendemos promover um curso interno sobre pesquisa jurídica. Com essa formação, muitos servidores estarão aptos a fazer as pesquisas: então, teremos condições de dedicar mais tempo para a atualização do *site*", afirmou Ernesto Guerra. O *site* está disponível na página do MPDFT: www.mpdft.gov.br - na Seção de Legislação e Jurisprudência.

PROMOTORIA DO CONSUMIDOR PROMOVE ESCLARECIMENTOS PARA REPRESENTANTES DE SUPERMERCADOS

Em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, em 15 de março, a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, por meio dos Promotores de Justiça Leonardo Roscoe Bessa e Trajano Sousa de Melo, promoveu um encontro entre Promotores de Justiça e representantes de supermercados, para esclarecer sobre os direitos e deveres daqueles empresários em relação à Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

Para o Promotor de Justiça Leonardo Bessa, a importância do evento está na disposição dos diretores dos supermercados em debater com o Ministério Público, "o que reflete a preocupação dos empresários com o novo perfil dos consumidores brasileiros, que hoje são mais exigentes e têm mais consciência de seu poder de compra", explica.

Também foi uma oportunidade para os empresários e representantes dirimirem dúvidas, especialmente durante a abertura, quando o Promotor de Justiça Trajano Melo explicou, em detalhes, os principais deveres dos supermercados decorrentes dos artigos do Código de Defesa do Consumidor.

Cerca de 120 pessoas participaram do debate, entre elas, o Presidente da Associação Nacional de Supermercados, José Humberto Pires, além de todos os grandes atacadistas do Distrito Federal, representantes da Associação de Supermercados de Brasília, Procon e Delegacia do Consumidor.



Da esquerda para direita: Presidente da Associação Nacional de Supermercados, José Humberto Pires e os Promotores de Justiça Leonardo Bessa e Trajano Melo

PROJETO PATERNIDADE LEGAL

APLICAÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS POSSIBILITA A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA REALIZAR O EXAME DE DNA



Promotoras de Justiça de Defesa da Filiação, Leonora Brandão Passos Pinheiro e Renata de Salles Moreira Borges

Em razão do convênio celebrado entre MPDFT, TJDFT e OAB, em novembro de 2001, para custeio de exames de DNA para famílias de baixa renda, a Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação, por meio das Promotoras Leonora Pinheiro e Renata Salles, lançou a idéia de aproveitar parte de recursos financeiros provenientes da

aplicação de penas e medidas alternativas para custear os exames. A sugestão foi prontamente aceita pelo Tribunal de Justiça, que já discutia proposta semelhante, e deu origem ao fundo que está funcionando em fase experimental na 3ª Vara de Família de Ceilândia, sob a coordenação do Juiz Asiel Henrique de Sousa. Um Conselho de Acompanhamento, composto por representantes do Tribunal de Justiça, MPDFT e OAB, se reúne mensalmente para avaliar o projeto e realizar a prestação de contas.

Segundo Renata Salles, os Promotores têm um papel fundamental no projeto, pois são eles que, nos casos permitidos por lei, fazem a proposta para a conversão da pena em recursos financeiros. "Se 10% dos recursos provenientes das penas e medidas alternativas se destinarem ao projeto, já será um grande avanço", afirma a Promotora.

Segundo dados da Promotoria, cerca de 150 crianças são registradas todos os meses sem o nome do pai. O Distrito Federal conta com um laboratório público que realiza o exame de DNA gratuitamente, mas a fila de espera pode chegar a três anos. Nos laboratórios particulares, o exame chega a custar R\$ 400,00.

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENTIDADES AMBIENTAIS

Visando reeducar e oferecer ao infrator medidas alternativas de cunho educativo, a Central de Medidas Alternativas do MPDFT – CEMA, em parceria com a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural — Prodema, e tendo a contribuição do Centro Brasileiro de Promoção e Integração Social — Integrar, realizou, no Edifício-Sede do MPDFT, Curso de Capacitação para Entidades Ambientais.

Nesse sentido, a orientação teve o objetivo de despertar as entidades ambientais para a importância da aplicação de medidas alternativas, como forma de reduzir a reincidência de infrações, além de capacitá-las para receber os infratores que estejam cumprindo tal sorte de medida. Também foram fornecidas orientações sobre procedimentos e métodos a serem adotados pela CEMA/Prodema e para o encaminhamento de propostas adicionais, por parte das entidades destinadas a aumentar a eficiência do programa. O conteúdo programático do curso foi composto dos seguintes temas: Relações Humanas, Drogas e Ecologia Humana, Direitos Humanos e Ética, Direitos Humanos e Meio

Ambiente, Modalidades de Penas Alternativas e Procedimentos da Central de Medidas Alternativas.

Para o Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista, que atua na 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Patrimônio Cultural, somente com a participação da sociedade civil os problemas ambientais serão atenuados. "O encontro é um importante passo inicial nesse propósito ao formar o primeiro grupo de entidades capacitadas a trabalhar com os infratores", explicou.

O evento contou com a presença de representantes das seguintes entidades externas: Patrulha Ecológica, Companhia de Polícia Militar Florestal, Jardim Botânico, Parque da Cidade, Jardim Zoológico, Parque Nacional de Brasília e Instituto Viva Verde.



O Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista em palestra a integrantes de entidades ambientais

24º CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO DO MPDFT

Organização e tranquilidade marcaram o dia de prova dos candidatos

Quando os portões da IESB foram abertos, às oito horas da manhã do dia 3 de março, havia 2.081 candidatos de todo o país para disputar as 26 vagas abertas para o cargo de Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Nessa primeira fase do concurso — uma prova com 100 questões — foram aprovados 122 candidatos, que conseguiram o mínimo de 65 pontos.

A segunda fase do concurso, realizada em 13, 14 e 15 de abril, exigiu a redação de texto para demonstração de conhecimentos específicos e resposta a três questões sobre as disciplinas que compõem o programa. Serão aprovados aqueles que conseguirem, no mínimo, 50 pontos. Os aprovados ainda vão passar por uma última etapa — a prova oral — em que é sorteado um ponto do conteúdo para que o candidato seja argüido por uma banca examinadora.

O concurso público para o cargo de Promotor de Justiça do MPDFT segue a Lei Complementar 75. O regulamento dos concursos é feito pelo Conselho Superior da Instituição.

Estiveram presentes ao local da prova inicial, prestigiando o concurso, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, o Ministro Sepúlveda Pertence, além de inúmeros Procuradores e Promotores de Justiça.



Da esquerda para direita, Promotor de Justiça Leonardo Bessa; Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Albuquerque; Promotor de Justiça Rogério Schietti; Ministro Sepúlveda Pertence; Procuradora de Justiça Suzana Toledo, e Promotor de Justiça Andreilino Santos

A Secretária do Concurso, Procuradora de Justiça Maria de Lourdes Abreu, e o Diretor da Escola Superior do MPDFT, Promotor de Justiça José Pimentel Neto

TODA ATENÇÃO A CANDIDATOS EM CONDIÇÕES ESPECIAS

Os portadores de deficiências físicas receberam especial atenção no concurso. Para isso, uma comissão multiprofissional, formada pelo Procurador de Justiça José Firmo, o Promotor de Justiça Vandir da Silva Ferreira, o Promotor de Justiça



Promotor de Justiça Carlos Alberto Cantarutti e concursanda Sebastiana Josefa de Oliveira

de Justiça Adjunto Carlos Cantarutti e os médicos Francisco Rose-nélio de Carvalho e Getúlio Homobono, analisaram os pedidos e necessidades específicas dos candidatos.

A advogada Theresa Cristina Luanda Me-nezes, com seqüelas de poliomielite, respondeu à

prova oralmente, em uma sala separada, enquanto um fiscal anotava seu gabarito. As respostas foram gravadas e a fita ficou em poder da comissão de concursos. Outros cinco candidatos portadores de deficiência também fizeram a prova em uma sala separada.

Outro cuidado da comissão foi solicitar uma ambulância do Corpo de Bombeiros para eventuais emergências. O veículo acabou socorrendo a candidata Perpétua de Lima e Silva que entrou em trabalho de parto durante a prova.



Paula Ribeiro pôde amamentar a filha Eliza Souza, de 16 dias